

DEMANDAS DO GREENPEACE PARA A COP 30

GREENPEACE



Introdução

Mesmo antes da criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em 1992, durante a histórica ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), cientistas já apontavam que atividades humanas estariam aquecendo o planeta, e que as três principais seriam a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e a pecuária extensiva. Não por acaso, a própria ECO-92 aconteceu no Brasil: o objetivo era chamar a atenção da comunidade internacional para as ameaças que pairavam sobre a Amazônia e para a relação entre as florestas e a estabilidade do clima global.

Em 2015, na COP21, a criação do Acordo de Paris reafirmou a urgência de abandonar os combustíveis fósseis e de proteger as florestas e outros ecossistemas como forma de limitar o aquecimento global, e estabeleceu que os países contribuíssem, de forma proporcional à sua responsabilidade histórica, para reduzir emissões de forma que a Terra não aquecesse mais de 1,5°C.

Em 2023, na COP28, durante o 1º Balanço Global do Acordo de Paris (Global Stocktake, ou GST), um texto importante foi aprovado: pela primeira vez, todos os países concordaram com a necessidade de fazer

uma transição para longe dos combustíveis fósseis e de ampliar os esforços para zerar o desmatamento e reverter a degradação florestal até 2030. Apesar dessa sinalização, pouco se fez para avançar na implementação desses compromissos. Agora, na COP30, Belém tem o desafio de propor um caminho concreto, com mecanismos de transparência, monitoramento efetivo e apoio adequado aos países do Sul Global, para que as decisões do GST ganhem a velocidade necessária.

Este breve histórico da diplomacia climática, ancorado nos alertas da ciência, nos mostra que, se o mundo quiser manter viva a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C, precisa encarar que a queima dos fósseis e o desmatamento são faces da mesma moeda. Para frear a crise climática e evitar os piores cenários futuros, é preciso colocar a transição para longe dos combustíveis fósseis E a proteção das florestas na mesma equação. Porém, em meio à primeira Conferência do Clima da ONU a acontecer na Amazônia, ainda precisamos lembrar: onde estão as florestas na COP que acontece no coração da maior floresta do planeta?

“O Acordo de Paris só será cumprido se o mundo avançar ao mesmo tempo na eliminação dos combustíveis fósseis e na proteção das florestas e dos seus povos, zerando o desmatamento e revertendo a

degradação florestal até 2030 e acelerando a transição energética justa para longe dos fósseis. Conectar essas duas agendas é o que pode fazer a diferença na COP30, já que não há como manter a meta de 1,5°C sem floresta e não há floresta sem 1,5°C.”

Carolina Pasquali, Diretora
Executiva do Greenpeace Brasil



UM PLANO PARA ACABAR COM A DESTRUIÇÃO DAS FLORESTAS ATÉ 2030

Este ano, o Greenpeace publicou um documento técnico intitulado Plano de Ação para Acabar com a Destruição das Florestas Até 2030, que defende uma decisão na COP30 que crie um plano de ação de 5 anos de duração, que promova a implementação da meta global de proteção das florestas - zerar o desmatamento global e reverter a degradação florestal até 2030 - , garantindo:

- Financiamento público e de qualidade para países florestais conservarem suas florestas, com a garantia que o dinheiro chegue na ponta;

- Visibilidade e protagonismo par povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (PCTs) - verdadeiros guardiões das florestas -, garantindo os direitos dessas populações, como a demarcação territorial, e acesso direto a financiamento;
- Combate às causas estruturais do desmatamento relacionadas ao comércio de commodities - como carne e soja - e aos fluxos financeiros globais;
- Estabelecer recomendações e apoiar diretrizes para a elaboração de planos nacionais com metas coesas entre os planos clima, biodiversidade e solos, impulsionando a implementação da meta global de florestas em nível doméstico.

“Os países membros da UNFCCC precisam garantir financiamento direto para povos indígenas e comunidades tradicionais, além de dar condições aos países florestais de conservarem e restaurarem suas florestas, por meio de mecanismos globais que redirecionem os estímulos financeiros da economia da destruição para a conservação das florestas”

Anna Cárcamo, especialista em Política Climática do Greenpeace Brasil.

No Brasil, acabamos de ver uma redução de 50% do desmatamento consolidado na Amazônia em relação ao mesmo período de 2022; e uma redução de 11% comparado ao ano passado. Dados tão positivos como estes colocam o país em uma posição privilegiada para construir, nesta COP, um resultado histórico, que abra um novo capítulo na proteção das florestas de todo o mundo todo. É dizer: enquanto casa da maior floresta tropical do mundo e ocupando a presidência da COP30, o Brasil tem condições de deixar um legado global para as florestas e seus povos.

“Uma COP na Amazônia tem um peso simbólico importante porque traz a comunidade climática global para o coração da floresta, que já está sofrendo com eventos extremos e os efeitos do aumento da temperatura. A participação indígena histórica que Belém deve registrar também se soma a esse contexto, e a gente espera que a COP30 inspire os líderes globais a terem coragem e responsabilidade. Não há tempo a perder”

Carolina Pasquali, Diretora Executiva do Greenpeace Brasil

...MAS POR QUE DISCUTIR FLORESTAS É IMPORTANTE EM UMA CONFERÊNCIA DE CLIMA?

As florestas desempenham um papel vital no equilíbrio climático global ao absorverem grandes quantidades de dióxido de carbono da atmosfera e o armazenarem em sua biomassa. Quando são desmatadas ou degradadas, esse carbono é liberado, agravando o aquecimento global. As florestas também regulam o regime de chuvas regional e globalmente ao bombear para a atmosfera litros e litros de água do solo. Florestas também protegem a biodiversidade e sustentam os modos de vida de milhões de pessoas e populações tradicionais.

Proteger as florestas, portanto, é uma das formas mais eficazes e naturais de combater a crise climática. Por outro lado, desmatá-las é um dos principais caminhos para continuarmos a superaquecer o planeta a níveis cada vez mais perigosos para a vida humana.

“Apesar de ser central para as medidas de combate e adaptação à crise climática, o tema de natureza e florestas ainda tem papel coadjuvante nas negociações

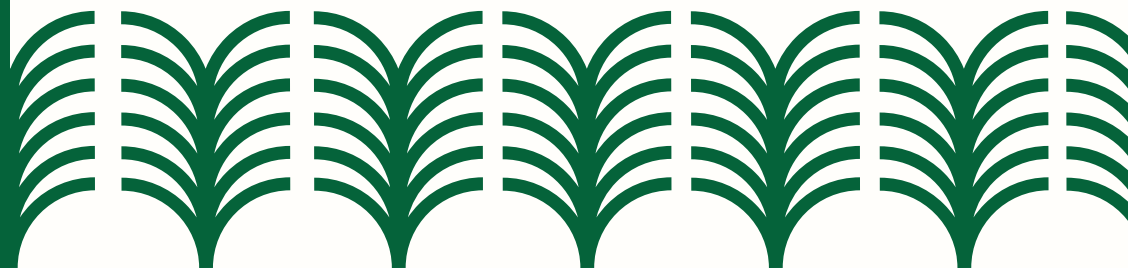
da COP. Já se foi o tempo em que pensávamos ação climática separadamente das ações de natureza e biodiversidade, pois hoje sabemos que as crises climática e de biodiversidade estão intimamente ligadas.

Um olhar especial para as florestas e outros ecossistemas dentro das negociações do clima é urgente, e a COP30 na Amazônia é uma oportunidade para mobilizar a vontade política e oferecer um legado para as florestas e seus povos no mundo inteiro. Se não agora, quando?”

Camila Jardim, especialista em Política Internacional do Greenpeace Brasil.

DEMANDAS DO GREENPEACE PARA A COP30

1 - Aumentar a ambição climática global, com a criação de um Plano de Resposta Global para abordar a lacuna de limitar o aquecimento da Terra a 1,5 °C e acelerar a redução de todas as emissões ainda nesta década crítica;



2 - Criar um Plano de Ação Florestal de 5 anos de duração para implementar a meta de deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030;

3 - Ampliar o financiamento público de países desenvolvidos aos em desenvolvimento, por meio de doações e empréstimos sem juros ou com juros baixíssimos ('de mãe para filha'), para garantir que países do Sul Global consigam implementar medidas de mitigação, adaptação e perdas e danos;

4 - Apresentar uma decisão robusta para a meta global de adaptação (GGA), alinhada à justiça climática, e que pelo menos triplique o financiamento público (em relação ao decidido na COP26) até 2030;

5 - Definir princípios sobre o que é transição justa e mecanismos de implementação e adotar um plano de trabalho para acelerar a transição justa global, com funcionamento já a partir de 2026.

AUMENTAR A AMBIÇÃO CLIMÁTICA

A COP30 precisa oferecer um Plano de Resposta Global para abordar a lacuna de limitar o aquecimento da Terra a 1,5 °C e acelerar a redução de todas as emissões (desmatamento, queima dos combustíveis fósseis e pecuária, principalmente) ainda nesta década crítica, considerando as ações de mitigação, adaptação, financiamento e implementação, com especial atenção para setores-chave, como:

- energia (incluindo a transição para longe dos combustíveis fósseis),
- agricultura,
- florestas e uso da terra.

O Plano de Resposta Global precisa estar alinhado com os princípios de justiça climática, equidade e transição justa. Para tanto, a ação deve ser liderada e financiada por países desenvolvidos, considerando suas emissões históricas, e deve beneficiar povos indígenas e comunidades tradicionais e locais em todos os países, sem deixar ninguém para trás.

IMPLEMENTAR A META DE ZERAR O DESMATAMENTO GLOBALMENTE ATÉ 2030

A COP30 precisa oferecer um Plano de Ação Florestal de 5 anos dedicado a:

- Garantir a implementação da meta de deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030, acordada no primeiro Balanço Global (GST);
- Centralizar as discussões sobre florestas no âmbito do Acordo de Paris, garantindo monitoramento, transparência e troca de conhecimento global para que a meta seja alcançada.

"O Brasil, como país megabiodiverso, casa da maior floresta tropical do planeta e ocupando a presidência da COP30, tem uma posição estratégica em liderar a agenda global de florestas com ambição e coerência, e deixar um legado histórico nesta COP de proteção para florestas e seus povos em todo o mundo"

Camila Jardim

AMPLIAR O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PÚBLICO

O Acordo de Paris prevê que países desenvolvidos devem financiar (artigo 9.1) e reportar o financiamento feito a países em desenvolvimento (artigo 9.7). Passada uma década deste acordo, o financiamento climático é considerado insuficiente e a grande maioria é direcionado apenas para mitigação, sem considerar a adaptação.

Na COP29, se estabeleceu a Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG) de financiamento, que prevê 300 bilhões de dólares por ano de fontes públicas e privadas, "liderado por países desenvolvidos", para ação climática.

Para suprir as lacunas da NCQG, o Greenpeace defende que a COP30:

- Amplie o financiamento público de países desenvolvidos aos em desenvolvimento para implementar medidas de mitigação, adaptação e perdas e danos, por meio de doações e empréstimos sem juros ou com juros baixíssimos.
- Avance com a tributação dos grandes poluidores, baseada no princípio do poluidor-pagador e nas responsabilidades comuns, porém diferenciadas, para desbloquear o aumento do financiamento público de qualidade para os países em desenvolvimento.
- Apoie fontes inovadoras de financiamento climático público, tais como impostos sobre os lucros dos combustíveis fósseis e os super-ricos.
- Crie meios para monitorar a implementação da NCQG.

"Grande parte do financiamento climático atualmente vem de empréstimos a juros de mercado, com a expectativa de que o setor privado lidere os processos de transição. Porém, setores como o da adaptação climática não são compatíveis com a

geração de lucro e, portanto, dependerão de financiamento público em forma de doações ou com juros muito abaixo do valor de mercado.

Garantir que o financiamento climático seja público, em formato de doações ou empréstimos a juros muito baixos, será essencial para garantir que tal financiamento não aumente o endividamento dos países em desenvolvimento, que são os que menos contribuíram historicamente para as mudanças climáticas, mas os que mais sofrem os seus impactos”

Camila Jardim

AVANÇAR EM ADAPTAÇÃO E JUSTIÇA CLIMÁTICA

Na COP26 (2021), os países adotaram a meta de duplicar o financiamento para ações de adaptação até 2025. Contudo, tal meta não foi alcançada e o financiamento para adaptação segue extremamente insuficiente. Atualmente, segundo a ONU, as necessidades de países em desenvolvimento são 12 a 14 vezes maiores do que o financiamento atual (PNUMA, 2025).

Na COP30, os países precisam apresentar uma decisão robusta para meta global de adaptação (GGA) que esteja alinhada à justiça climática, e que:

Adote a lista de 100 indicadores para monitorar a implementação das medidas de adaptação em nível global. Esses indicadores devem incluir dados desagregados por gênero, idade, raça e território, meios de implementação (como financiamento) e adaptação baseada em comunidades. Tais informações são essenciais para acompanhar o progresso global da GGA de modo a refletir, com maior precisão, as desigualdades e vulnerabilidades climáticas e quem recebe apoio em cada país;

Pelo menos triplique o financiamento público (em relação ao decidido na COP26) até 2030, para que os países em desenvolvimento – e os que mais sofrem com a crise climática – tenham recursos para implementar medidas de adaptação;

Mesmo público, o financiamento deve ser em forma de doações ou empréstimos com juros baixíssimos ou até livre de juros.

“A crise climática chegou para todos, mas alguns sofrem mais com seus impactos do que outros. Por isso, adaptar nossas cidades e territórios para reduzir as vulnerabilidades é fundamental.

As comunidades mais vulnerabilizadas já estão fazendo grande parte do trabalho de adaptação no chão, mas pouco recur-

so chega até elas e falta planejamento e capacidade em nível local. Para lidar com esses desafios, a COP30 deve adotar uma decisão de adaptação alinhada à justiça climática, incluindo a meta de triplicar o financiamento para adaptação e centralizar no financiamento público”

Anna Cárcamo.

TRANSIÇÃO JUSTA

Em 2024, países não conseguiram chegar a um consenso no Programa de Trabalho de Transição justa (JTWP). Em Belém, espera-se que os países definam princípios sobre o que é transição justa e mecanismos de implementação, adotando um plano de trabalho a partir de 2026.

- O programa de trabalho de transição justa deve ser um espaço para estabelecer cronogramas transparentes para impulsionar a transição em vários setores, incluindo o energético, considerando as diferentes responsabilidades e capacidades nacionais e promovendo a cooperação internacional, a transparência e a segurança jurídica.
- No que diz respeito ao setor energético, é urgente avançar com a implementação do pa-

rágrafo 28 do GST, que estabeleceu uma transição para longe dos combustíveis fósseis de forma justa, ordenada e equitativa.

- As transições justas em todos os setores devem incluir salvaguardas sociais e ambientais, reduzindo potenciais impactos negativos e garantindo a participação efetiva de grupos vulneráveis nos processos de tomada de decisão e implementação de políticas.

“Para que a transição energética seja justa, ela deve garantir que seus riscos e benefícios sejam distribuídos de forma equitativa e inclusiva por todos os setores sociais, de olho na complexa dinâmica interna e entre países.

Uma transição justa não deve tratar de manter o status quo, mas de garantir uma transformação estrutural que, além de garantir a sustentabilidade ambiental, promova também justiça social, sem deixar ninguém para trás. ”

Anna Cárcamo

PORTA-VOZES DO GREENPEACE PARA A COP30

A delegação do Greenpeace na COP30 terá representantes e especialistas de vários escritórios da rede, acompanhando os diversos temas de negociação e trazendo análises políticas sempre que necessário. Entre os presentes, que podem dar entrevistas em inglês e/ou espanhol, teremos representação da China, Alemanha, França, Espanha, Austrália e Pacífico, Oriente Médio, África, Sudeste da Ásia e Colômbia, além da equipe do Greenpeace Internacional. Porta-vozes brasileiros também estarão em Belém durante as duas semanas de COP30.

Releases

Para notas, posicionamentos, reativas e avisos de pauta do Greenpeace Brasil durante a COP30, acesse: <https://www.greenpeace.org/brasil/noticias-e-historias/>

Galeria de imagens

Para baixar e reproduzir fotos e vídeos da COP30 e ações do Greenpeace em Belém - basta dar os créditos indicado na legenda de cada imagem: <https://media.greenpeace.org/>

Materiais de apoio para cobertura

Plano de Ação para Acabar com a Destruição das Florestas até 2030 - Um chamado urgente para a COP30 - <https://shre.ink/plancop30>

Pesquisa: 9 em cada 10 pessoas acreditam que a proteção das florestas é fundamental para combater a crise climática - <https://shre.ink/9acada10>

Relatório de Síntese das Contribuições Nacionalmente Determinadas de 2025 (NDC Synthesis Report 2025): <https://shre.ink/sinteseNDC>

CONTATOS PARA A IMPRENSA

Blue Zone

Greenpeace Brasil: imprensa.br@greenpeace.org
Laís Modelli: +55 14 981279058

Greenpeace Internacional:

pressdesk.int@greenpeace.org

Imprensa em geral

Vinícius Oliveira: +55 11 99752-7924
Milka Veríssimo: +55 11 95761-2703

CONHEÇA O NAVIO DO GREENPEACE, QUE ESTÁ EM BELÉM!

Além da delegação de observadores da rede global do Greenpeace que acompanha as negociações de dentro da Blue Zone, o nosso lendário navio Rainbow Warrior, símbolo mundial de ativismo ambiental desde a década de 1970, está em Belém, no porto da Universidade Federal do Pará (UFPA)!

O navio está aberto para visitação da população geral nos dias 08 e 09 de novembro, das 9h às 16h. Acesso para jornalistas: solicite credenciamento via e-mail imrensa.br@greenpeace.org ou WhatsApp 11 95761-2703

